

## A GÊNESE E OS ANOS INICIAIS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) NO PARANÁ (1965-1969)

Alessandro Batistella<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo pretende-se analisar a gênese e os anos iniciais do MDB no Paraná entre os anos de 1965 a 1969. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se analisar o processo de implantação do bipartidarismo e a gênese do MDB no Paraná, verificando quem foram os parlamentares paranaenses que ingressaram no partido. Em um segundo momento, o foco de análise será o MDB e as eleições parlamentares de 1966 no Paraná, cujos resultados foram determinantes para o processo de renovação da Comissão Executiva estadual do partido em 1967. Posteriormente, será verificada a relação do MDB paranaense com a Frente Ampla (1966-1967) e o processo de cassações de parlamentares do MDB paranaense pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Por fim, pretende-se abordar a reorganização do MDB do Paraná após o AI-5.

**Palavras-Chave:** MDB; Paraná; ditadura; bipartidarismo; partidos políticos.

### GENESIS AND THE INITIAL YEARS OF THE BRAZILIAN DEMOCRATIC MOVEMENT (MDB) IN PARANÁ (1965-1969)

**Abstract:** In this article we aim at analyze the genesis and the initial years of the MDB in Paraná between the years of 1965 and 1969. For this purposes, we first will analyze the process of implantation of bipartisanship and the genesis of the MDB in Paraná, verifying who were the parliamentarians from Paraná who joined the party. In a second moment, the focus of analysis will be the MDB and the 1966 parliamentary elections in Paraná, the results of which were decisive for the process of renewal of the state's Executive Committee of the party in 1967. Later, it will be verified the relationship of the MDB of Paraná with the Frente Ampla (1966-1967) and the process of cassation of MPB parliamentarians by Institutional Act No. 5 (AI-5). Finally, we intend to address the reorganization of the MDB of Paraná after the AI-5.

**Keywords:** MDB; Paraná; dictatorship; bipartisanship; political parties.

---

\* O presente artigo é resultado de pesquisa sobre a ditadura militar e o bipartidarismo no Paraná (CAPES).

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

### Considerações Iniciais

Durante o período de vigência do pluripartidarismo inaugurado em 1945, no Paraná os dois partidos políticos mais fortes foram o Partido Social Democrático (PSD), do ex-governador Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi o partido que mais cresceu eleitoralmente no estado entre os anos de 1945-1965. Também tiveram expressão no cenário político paranaense a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) – do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) – e o Partido Democrata Cristão (PDC), que em 1960 elegeu Ney Braga governador do Paraná.

O militar Ney Aminthas de Barros Braga teve uma ascensão política meteórica. Ex-cunhado de Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga ocupou o posto de Chefe de Polícia do Paraná (equivalente a secretário de Segurança Pública) entre 1952 e 1954. Em 1954, Ney Braga foi eleito prefeito de Curitiba, concorrendo com o apoio oficial do PR e Partido Social Progressista (PSP). Posteriormente, Ney Braga rompe com Bento Munhoz da Rocha Neto e ingressa no PDC, partido pelo qual foi eleito deputado federal em 1958 e governador em 1960. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), Ney Braga rompeu com o presidente no final de 1963 e se aliou aos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, entre outros, na conspiração que resultou no golpe civil-militar de 1964, que depôs Jango da presidência da República.

Nas eleições de 3 de outubro de 1965<sup>2</sup>, Ney Braga conseguiu eleger o seu sucessor, Paulo Pimentel, então secretário da Agricultura, que derrotou o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Com a vitória de Pimentel, Ney Braga demonstrou a sua força política no Paraná e, gozando de grande prestígio em nível nacional, foi convidado pelo marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura em novembro de 1965<sup>3</sup>. A popularidade e a força política de Ney Braga no

---

<sup>2</sup> As eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu que as próximas eleições seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

<sup>3</sup> Rompido com o vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto – que foi preterido na sucessão estadual por Paulo Pimentel –, Ney Braga não desejava ver o governo do Paraná nas mãos do seu desafeto político. Assim, Ney Braga condicionou a sua ida ao Ministério da Agricultura se Afonso Camargo Neto também

Paraná explicam-se por três fatores: o seu projeto de modernização e industrialização do estado, até então meramente agrícola; a sua participação na “revolução<sup>4</sup>” de 1964; e a construção da sua imagem pública como líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso.

Por outro lado, outros dois importantes governadores que participaram do golpe de 1964, os udenistas Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma séria derrota ao regime militar, desencadeando uma séria crise político-militar.

Insuflados por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, militares da “linha dura<sup>5</sup>” exigia que governadores eleitos em Minas Gerais e na Guanabara não tomassem posse, pois não admitia a eleição de candidatos que a “revolução” deveria ter punido<sup>6</sup>, mas Castelo Branco insistiu em garantir a posse dos eleitos (FICO, 2014: 118). Assim,

---

renunciasse. Após uma série de conversações e articulações, Ney Braga e Afonso Camargo Neto entregam às suas cartas de renúncia à Assembleia no dia 17 de novembro de 1965. Posteriormente, Ney Braga articulou para que a Assembleia elegeisse, de forma indireta, Algacyr Guimarães, seu secretário da Fazenda e homem da sua confiança, governador interino do Paraná até a posse de Paulo Pimentel, em 31 de janeiro de 1966.

<sup>4</sup> Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “Revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

<sup>5</sup> Durante os primeiros meses do governo Castelo Branco percebe-se a existência de divisões e de disputas internas dentro das Forças Armadas entre os “castelistas” – denominados de “Sorbonne militar”, que aglutinava militares vinculados às ideias e diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG) – e os seus opositores, denominados de “linha dura”. De acordo com Maud Chirio (2012: 50), a categoria “linha dura” surgiu do vocabulário dos próprios atores e não tinha, no princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicavam, mas sim de certa interpretação da “revolução”, de um “estado de espírito”, cuja linha política tinha contornos imprecisos. Em outras palavras, a princípio “linha dura” não passava de uma maneira de exprimir certa oposição ao governo Castelo Branco. Contudo, foram os jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotados de chefes, representantes e certa coesão interna – o que não passava de uma expressão de identificação. Os militares somente se apropriaram dessa categoria mais tarde, como um instrumento de luta política, para delimitar as fronteiras dos seus adversários. Conforme a pesquisadora (2012: 50-51), os anos de 1964 e 1965 são considerados o período de incubação da “linha dura”, que funcionaria como um forte grupo de pressão. Trata-se de um grupo heterogêneo, que emitia um discurso de extrema-direita e nacionalista. Defendia a proposta de um expurgo radical, “sem consideração pelos procedimentos adotados e nem pela conformidade com a lei”. Nesse sentido, após o golpe, os oficiais da “linha dura” são os principais defensores da violência de Estado e da repressão política. Ademais, os militares da “linha dura” também defendiam um conjunto de medidas economicamente nacionalistas e se posicionavam contrários à política econômica ultraliberal adotada pelo governo Castelo Branco, considerada entreguista (CHIRIO, 2012: 51).

<sup>6</sup> Embora os candidatos vitoriosos não fossem “elementos perigosos” da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar posteriormente com o governo Castelo Branco –, eram vistos pelos militares da “linha dura” como pessoas ligadas a Juscelino Kubitschek, o ex-presidente cassado (KINZO, 1988: 24).

Na noite de 5 de outubro, na Vila Militar no Rio de Janeiro, um movimento para retirar Castelo Branco da presidência começou a ser organizado sob o comando do General Albuquerque Lima, juntamente com coronéis da linha dura. Somente a intervenção do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, impediu o êxito da rebelião militar. Dialogando com os rebeldes, ele conseguiu um acordo, garantindo “revigorar a Revolução” (KINZO, 1988: 24).

A atuação de Costa e Silva durante a crise político-militar o fortaleceu politicamente no processo sucessório à presidência da República. Superada a ameaça de rebelião militar, as principais reivindicações da “linha dura” eram: a) impedimento da posse de Negrão de Lima e Israel Pinheiro; b) punição aos políticos cassados que insistissem em se manifestar publicamente (sobretudo JK); c) retomada das cassações de parlamentares; d) jurisdição militar para os indiciados em IPMs; e) medidas restritivas da autonomia do Judiciário; f) eleições indiretas em 1966 (MARTINS FILHO, 1995: 65).

Para tentar acalmar os ânimos da “linha dura”, Castelo Branco tentou aprovar no Congresso uma série de medidas restritivas, que, na prática, fechariam ainda mais o regime<sup>7</sup>. No entanto, tais medidas encontraram forte resistência no Congresso (KINZO, 1988: 24-25). Dessa forma, as medidas solicitadas por Castelo Branco não foram submetidas à votação, uma vez que o presidente decretou, no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2):

[...] Este novo ato institucional, além de implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelo Legislativo, outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos, e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava à aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes (KINZO, 1988: 27).

Conforme observa Marcos Napolitano (2014: 78-79), o AI-2 pode ser visto como a passagem para um regime ditatorial e autoritário mais estruturado:

---

<sup>7</sup> Entre essas medidas estavam: a ampliação dos poderes do Executivo, maior controle do governo central sobre os governos estaduais, restrições severas à liberdade de expressão e ação para os cassados, ampliação da jurisdição militar com referência a questões de subversão e de segurança nacional, além da garantia do controle do governo sobre o STF através do aumento do número de juízes, constituíram as principais medidas incluídas na emenda constitucional e no estatuto dos cassados proposta pelo Executivo (KINZO, 1988: 24-25).

[...] Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República em matérias constitucionais, legislativas e orçamentárias. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de Sítio por 180 dias, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos de cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva.

Alguns historiadores consideram o AI-2 uma vitória da “linha dura”. No entanto, para João Roberto Martins Filho (1995: 72), o Ato foi um redirecionamento e não uma derrota frontal do projeto castelista de “institucionalizar a revolução”. Conforme o pesquisador (1995: 66-67):

[...] diante da inevitabilidade de novo ato institucional, os castelistas mostraram-se capazes de incluir [...] uma série de medidas que vinham considerando há bastante tempo. Com efeito, reforma partidária, modificações no Judiciário, eleições indiretas, restrições às atividades dos cassados não podem ser vistas como medidas estranhas à via da “institucionalização” que vinha sendo discutida em certos círculos do governo.

Por fim, ao conseguir manter a posse dos governadores eleitos e ao evitar um novo expurgo de parlamentares, ou mesmo o fechamento do Congresso, o grupo castelista mostrou razoável capacidade de resistência às pressões da caserna.

Ademais, convém salientar que o AI-2 também implantou uma reforma partidária, extinguindo o sistema pluripartidário em vigência desde 1945. Embora o governo Castelo Branco contasse com o apoio da UDN, de partidos menores, de considerável parte do PSD e de uma fração do PTB<sup>8</sup>, o regime acreditava que não contava com uma base sólida e estável no Congresso. Além disso, as vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro alertaram o regime para a conhecida força política da aliança entre PSD e PTB.

---

<sup>8</sup> Em nível nacional, o PTB após o golpe precisou definir que tipo de relação teria com o governo de Castelo Branco. Nesse sentido, havia dois grupos em embate: os “ortodoxos” (reformistas) – liderados por Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara –, grupo ligado a Jango e que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os “bigorrilhos” (adesistas, também denominados “dissidência”), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas (D’ARAÚJO, 1996: 165-166).

A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguiu assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à “revolução” – a UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior respaldo civil ao movimento de 1964 (KINZO, 1988: 27).

Como a ditadura pretendia dar um verniz democrático ao regime, não cairia bem adotar o modelo de partido único. Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo. Em suma, o objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No presente artigo, pretendemos analisar a gênese e os anos iniciais do MDB no Paraná entre os anos de 1965 a 1969. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se analisar o processo de implantação do bipartidarismo e a gênese do MDB no Paraná, verificando quem foram os parlamentares paranaenses que ingressaram no partido. Em um segundo momento, o foco de análise será o MDB e as eleições parlamentares de 1966 no Paraná, cujos resultados foram determinantes para o processo de renovação da Comissão Executiva estadual do partido em 1967. Posteriormente, será verificada a relação do MDB paranaense com a Frente Ampla (1966-1967) e o processo de cassações de parlamentares do MDB paranaense pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Por fim, pretende-se abordar a reorganização do MDB do Paraná após o AI-5.

### **O processo de implantação do bipartidarismo**

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente

possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando, assim, um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a “revolução” já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA, cuja sigla inicial era ARN). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas – por meio do Ato Complementar 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1965 –, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior<sup>9</sup> e para o Senado (GRINBERG, 2009: 64). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964”. Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo (GRINBERG, 2009: 64).

---

<sup>9</sup> Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008: 96), incluindo também descontentes com o governo. Além das divergências político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este “não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente” (KINZO, 1988: 29).

Inicialmente denominado de Ação Democrática Brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta (2008: 96) ressalta que foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro<sup>10</sup> (MDB, cuja sigla inicialmente era MODEBRA).

Um dos expoentes do golpe de 1964, o governador Carlos Lacerda optou em não ingressar na ARENA e tentou articular a criação de um terceiro partido, denominado Partido da Renovação Democrática (PAREDE). Porém, por não atender às exigências do AC-4, o partido teve o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966.

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores<sup>11</sup>.

#### **Quadro 1:** Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966)

| Partidos Extintos                    | ARENA | MDB | Não Filiados | Total |
|--------------------------------------|-------|-----|--------------|-------|
| Partido Social Democrático (PSD)     | 78    | 43  | _____        | 121   |
| Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) | 38    | 78  | _____        | 116   |
| União Democrática Nacional (UDN)     | 86    | 9   | 1 (MG)       | 96    |

<sup>10</sup> O nome Ação Democrática Brasileira era defendida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (do extinto PSD paulista), enquanto o deputado federal Tancredo Neves (do extinto PSD mineiro) defendia o nome Movimento Democrático Brasileiro, que acabou sendo escolhido (KINZO, 1988: 233).

<sup>11</sup> Entretanto, o reduzido número de senadores oposicionista gerou uma situação constrangedora, pois o governo precisou auxiliar na formação do MDB, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB, possibilitando, assim, o seu registro (MOTTA, 2008: 96). De acordo com a pesquisa de Maria Kinzo (1988: 233), trata-se do senador paraibano Rui Carneiro, do extinto PSD, que era amigo íntimo do marechal Castelo Branco e aderiu ao MDB após uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente.



A GÊNESE E OS ANOS INICIAIS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO  
BRASILEIRO (MDB) NO PARANÁ (1965-1969)

|  |             |             |          |            |
|--|-------------|-------------|----------|------------|
| Partido Social Progressista (PSP)      | 18          | 2           | 1 (SP)   | 21         |
| Partido Democrata Cristão (PDC)        | 13          | 6           | _____    | 19         |
| Partido Trabalhista Nacional (PTN)     | 8           | 4           | _____    | 12         |
| Partido de Representação Popular (PRP) | 5           | _____       | _____    | 5          |
| Partido Republicano (PR)               | 4           | _____       | _____    | 4          |
| Partido Republicano Trabalhista (PRT)  | 2           | 2           | _____    | 4          |
| Partido Libertador (PL)                | 3           | _____       | 1 (RS)   | 4          |
| Movimento Trabalhista Renovador (MTR)  | _____       | 3           | _____    | 3          |
| Partido Social Trabalhista (PST)       | 2           | _____       | _____    | 2          |
| Partido Socialista Brasileiro (PSB)    | _____       | 2           | _____    | 2          |
| Total                                  | 257 (62,8%) | 149 (36,5%) | 3 (0,7%) | 409 (100%) |

Fonte: KINZO, 1988: 32 e 34-35.

Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% dos pessedistas ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenistas era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por ex-petebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os “bigorrilhos” ou adesistas) optaram em filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

**Quadro 2:** Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966)

| Partidos Extintos                      | ARENA | MDB   | Total |
|--|-------|-------|-------|
| Partido Social Democrático (PSD)       | 17    | 5     | 22    |
| Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)   | 5     | 10    | 15    |
| União Democrática Nacional (UDN)       | 14    | 1     | 15    |
| Partido Trabalhista Nacional (PTN)     | 3     | 2     | 5     |
| Partido Social Trabalhista (PST)       | 1     | 2     | 3     |
| Partido Libertador (PL)                | 2     | _____ | 2     |
| Partido Democrata Cristão (PDC)        | 1     | _____ | 1     |
| Partido de Representação Popular (PRP) | 1     | _____ | 1     |

|                                       |            |            |                         |
|---------------------------------------|------------|------------|-------------------------|
| Movimento Trabalhista Renovador (MTR) |            | 1          | 1                       |
| Total                                 | 44 (67,7%) | 21 (32,3%) | 65 <sup>12</sup> (100%) |

Fonte: KINZO, 1988: 32 e 34-35.

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

Como pode se perceber pelos dados os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes. A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.

Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. Mesmo assim, sobraram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB (MOTTA 2008: 99).

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido (KINZO, 1988: 31).

<sup>12</sup> Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá, suplente efetivado com o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus Diretórios Nacionais e Estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram legalmente reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”. Entretanto,

[...] Seus nomes não continham o termo partido provavelmente devido à determinação do AC-4 que aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas de 1966. Este arranjo permitiria ao governo testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da ARENA de proporcionar o respaldo eleitoral e parlamentar necessário. Se o resultado das eleições de 1966 favorecesse o governo – como de fato ocorreu – o sistema bipartidário obteria credenciais plenas pelo tempo que conviesse ao regime mantê-lo (KINZO, 1988: 30).

O MDB procurou organizar o seu Diretório Nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do Diretório Nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, cujos membros assumiram as funções de organização e decisão das atividades do partido (KINZO, 1988: 37).

Sobre a primeira Executiva Nacional do MDB<sup>13</sup>, Maria Kinzo (1988: 37-38) faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos (ex-PTB/AC), ser um militar, um general da reserva, influenciou na sua escolha<sup>14</sup>. Segundo, o fato da Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, apesar de quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB fossem oriundos destes estados, o que foi na época interpretado

---

<sup>13</sup> A primeira Comissão Executiva nacional do MDB ficou assim constituída: presidente: Oscar Passos (senador, ex-PTB/AC); primeiro vice-presidente: Oswaldo C. da Costa Lima Filho (deputado federal, ex-PTB/PE); segundo vice-presidente: Ulysses Silveira Guimarães (deputado federal, ex-PSD/SP); terceiro vice-presidente: André Franco Montoro (deputado federal, ex-PDC/SP); secretário geral: José Martins Rodrigues (deputado federal, ex-PSD/CE); tesoureiro: José Ermírio de Moraes (senador, ex-PTB/PE); vogais: Pedro Ludovico Teixeira (senador, ex-PSD/GO), Argemiro de Figueiredo (senador, ex-PTB/PB), Antônio de Barros Carvalho (senador, ex-PTB/PE), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (deputado federal, ex-PSD/BA) e Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (deputada federal, ex-PTB/SP) (KINZO, 1988: 38).

<sup>14</sup> De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à Maria Kinzo (1988: 234), a escolha de Oscar Passos foi “para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares”.

como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta (2008: 99-100) faz a seguinte observação:

O programa do partido das oposições revelava também discrepâncias com as posturas governistas, ao mesmo tempo que trazia a marca das propostas reformistas. O eixo da pregação emedebista girava em torno de três questões. Em primeiro lugar vinha o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB: a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia.

Os pontos restantes do programa não eram partilhados por todos, diziam mais respeito à ala esquerda. De um lado o compromisso nacionalista, ligado à pregação em favor de proteção para a economia nacional contra a entrada de investimentos estrangeiros. E é bom lembrar que os governos pós-1964 acirraram os ânimos nacionalistas, pois acentuaram e patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros. De outro havia a defesa por parte do MDB de medidas de proteção social, embora de maneira vaga e imprecisa. Na verdade, sua sensibilidade para a questão social se exercia com mais frequência na denúncia da perda de direitos sociais, provocada pelas ações governamentais (o fim da estabilidade no emprego, por exemplo).

Portanto, a defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese, como fica evidenciado no *Manifesto da Oposição*, aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional e do Comitê Executivo do MDB e lido pelo deputado Vieira de Melo, primeiro líder do MDB na Câmara dos Deputados, no dia 10 de fevereiro de 1966, conforme observou Maria Kinzo (1988: 30). Segundo a pesquisadora,

[...] Dirigido ao povo brasileiro, o texto definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, e criticava as práticas antidemocráticas do governo, sua política econômico-financeira, além de convocar todos os setores da sociedade brasileira para que “identificados conosco nos mesmos sentimentos, proclamem sua inconformidade com a violência, o arbítrio e a subversão da ordem democrática, certos todos de que, sem esta, jamais teremos paz, desenvolvimento e progresso”.

Convém lembrar que *O Manifesto da Oposição* foi produzido logo após a decretação do AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que estabeleceu eleições indiretas para governadores e a nomeação para as prefeituras das capitais, complementando, assim, a obra iniciada com o AI-2.

### A gênese do MDB no Paraná

No Paraná a organização do MDB encontrou dificuldades, uma vez que 58,4% da antiga bancada do PTB na Assembleia Legislativa optaram em ingressar na ARENA<sup>15</sup>. Dessa forma, coube aos trabalhistas (que não foram cassados ou cooptados) e aos poucos dissidentes do PDC e do PSD (que possuíam uma posição oposicionista ao ministro Ney Braga e/ou ao governador Paulo Pimentel) o trabalho de organizar o partido oposicionista.

#### Quadro 3: Alinhamento dos parlamentares paranaenses à ARENA e ao MDB (1965-1966)

|              | Senado    | Câmara dos Deputados | Assembleia Legislativa |
|--------------|-----------|----------------------|------------------------|
| ARENA        | 2 (66,6%) | 17 (68%)             | 38 (84,5%)             |
| MDB          | 1 (33,3%) | 8 (32%)              | 5 (11,1%)              |
| Não Filiados | —         | —                    | 2 (4,4%)               |
| Total        | 3 (100%)  | 25 (100%)            | 45 (100%)              |

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

#### Quadro 4: Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais paranaenses (1965-1966)

| Partidos Extintos | ARENA | MDB | Total |
|-------------------|-------|-----|-------|
| PTB               | 2     | 7   | 9     |
| PSD               | 7     | —   | 7     |
| UDN               | 5     | —   | 5     |
| PDC               | 2     | 1   | 3     |
| PRP               | 1     | —   | 1     |
| Total             | 17    | 8   | 25    |

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

<sup>15</sup> No Paraná, a organização da ARENA paranaense foi coordenada pelo ex-governador e então ministro Ney Braga, que adotou o que se chamou à época de “política de braços abertos”, atraindo para o partido da “Revolução” não somente os políticos aliados, mas também cooptando políticos até então oposicionistas (REBELO, 2004: 228). De fato, a ARENA paranaense contou com a adesão de políticos das mais variadas tendências, incluindo quase todos os membros da UDN, do PSD e do PDC, além de muitos membros do PTB paranaense, que não hesitaram em se alinhar ao partido da “Revolução”, seja por afinidade ideológica, seja por conveniência política.

Dos 25 deputados federais paranaenses, 17 (68%) ingressaram na ARENA, que contou também com a adesão de dois senadores paranaenses: Adolpho de Oliveira Franco (ex-UDN) e Rubens de Mello Braga (ex-PTB). Contudo, a hegemonia arenista na Assembleia Legislativa do Paraná foi ainda maior, uma vez que 84,5% dos deputados estaduais filiaram-se ao partido governista.

**Quadro 5:** Filiação à ARENA e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Assembleia Legislativa do Paraná (1965-1966)

| Partidos Extintos | ARENA | MDB   | Não Filiados    | Total |
|-------------------|-------|-------|-----------------|-------|
| PTB               | 7     | 5     | _____           | 12    |
| PDC               | 12    | _____ | _____           | 12    |
| UDN               | 7     | _____ | 1 <sup>16</sup> | 8     |
| PSD               | 7     | _____ | _____           | 7     |
| PRP               | 1     | _____ | 1 <sup>17</sup> | 2     |
| PTN               | 2     | _____ | _____           | 2     |
| PRT               | 1     | _____ | _____           | 1     |
| PR                | 1     | _____ | _____           | 1     |
| Total             | 38    | 5     | 2               | 45    |

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Inicialmente, o MDB do Paraná contou com a adesão dos seguintes parlamentares: senador: Nelson Maculan (ex-PTB); deputados federais: Renato Celidônio (ex-PTB); Miguel Buffara (ex-PTB), Antônio Baby (ex-PTB), Fernando da Gama e Souza (ex-PTB), Wilson Chedid (ex-PTB), Antônio Annibelli (ex-PTB), Petrônio Fernal (ex-PTB) e José Richa (ex-PDC); deputados estaduais: Joaquim Néia de Oliveira (ex-PTB), Silvino Lopes de Oliveira (ex-PTB), Eurico Batista Rosas (ex-PTB), Percy Schreiner<sup>18</sup> (ex-PTB), Orlando Peraro<sup>19</sup> (ex-PTB), além do suplente Sinval Martins de Araújo (ex-PSD) e do ex-vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto (ex-PDC).

<sup>16</sup> Trata-se do udenista/lacerdista Rubens Requião.

<sup>17</sup> Trata-se do perrepista/integralista Edgar Távora.

<sup>18</sup> Suplente efetivado com a cassação de Walter Pecoits com o AI-1.

<sup>19</sup> Suplente efetivado com a cassação de Leon Naves Barcelos com o AI-1.

**Quadro 6:** Dados biográficos dos parlamentares paranaenses filiados ao MDB (1965-1966)

|                     |   |
|---------------------|---|
| Senador             | <p><b>Nelson Maculan</b> (1915-2003): Cafeicultor em Londrina, onde foi vereador (1956-1959) pela UDN. Em 1958 concorreu ao Senado pelo PTB como suplente de Abilon de Souza Naves, sendo efetivado em dezembro de 1959, após a morte do titular. Sem formação superior. Natural de Santana do Parnaíba/SP.</p>   |
| Deputados Federais  | <p><b>Antônio Annibelli</b> (1911-1997): Proprietário rural e advogado com atuação em Clevelândia/PR, onde foi promotor público e prefeito (1944). Foi eleito deputado federal em 1962 pelo PTB e foi deputado estadual pelo mesmo partido por três legislaturas (eleito em 1950, 1954 e 1958). Natural de São Paulo, era genro do coronel Manoel Lustosa Martins (fazendeiro e ex-prefeito de Clevelândia) e cunhado de Cândido Machado de Oliveira Neto (ex-deputado estadual eleito pelo PSD em 1950, 1954 e 1958).</p> <p><b>Antônio Baby</b> (1903-1969): Ex-ferroviário em União da Vitória/PR. Estava na terceira legislatura como deputado federal (eleito em 1954, 1958 e 1962 pelo PTB). Foi deputado estadual pelo PTB entre 1951-1954. Natural de Rio Claro do Sul, no município de Mallet/PR.</p> <p><b>Fernando da Gama e Souza</b> (1925-1993): Advogado com atuação em Curitiba. Foi oficial-de-gabinete do presidente Juscelino Kubitschek, permanecendo no cargo durante a presidência de Jânio Quadros (1961) e parte da presidência de João Goulart. Em 1962 foi eleito deputado federal pelo PTB, tornando-se vice-líder do partido na Câmara em julho de 1965. Natural do Rio de Janeiro.</p> <p><b>José Richa</b> (1934-2003): Dentista com atuação em Londrina. Foi eleito deputado federal em 1962 pelo PDC. Natural de São Fidélis/RJ.</p> <p><b>Miguel Buffara</b> (1913-1976): Advogado e empresário com atuação em Paranaguá e região. Estava na segunda legislatura como deputado federal (eleito em 1958 e 1962 pelo PTB). Foi também deputado estadual pelo PTB entre 1955-1958. Natural de Santos /SP</p> <p><b>Petrônio Fernal</b> (1916-1968): Advogado, empresário e ex-prefeito de Ponta Grossa (1951-1954). Estava na segunda legislatura como deputado federal (eleito em 1958 e 1962 pelo PTB). Em 1954 havia sido eleito suplente de deputado estadual pela UDN, migrando posteriormente para o PTB. Natural de Oliveira/MG.</p> <p><b>Renato Celidônio</b> (1928-1986): Agrônomo e cafeicultor em Maringá. Foi diretor da Associação Paranaense de Cafeicultores e integrou o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Em 1962 foi eleito deputado federal pelo PTB. Natural de Agudos/SP.</p> <p><b>Wilson Chedid</b> (1922-...): Advogado e bancário em Curitiba, onde era um dos líderes do Sindicato dos Bancários. Foi eleito deputado federal em 1962 pelo PTB. Natural de Curitiba.</p> |
| Deputados Estaduais | <p><b>Eurico Batista Rosas</b> (1915-1993): Engenheiro civil, professor, ex-vereador e ex-prefeito de Ponta Grossa (1959-1962, eleito pelo PSP), sua cidade natal. Foi eleito deputado estadual em 1954 e 1958 pelo PSP e em 1962 pelo PTB.</p> <p><b>Joaquim Néia de Oliveira</b> (1927-...): Advogado e ex-prefeito de Ribeirão Claro/PR, sua cidade natal. Estava na terceira legislatura como deputado estadual (eleito em 1954, 1958 e 1962 pelo PTB).</p> <p><b>Orlando Peraro</b> (1909-?): Radicado em Terra Boa/PR, onde foi prefeito (1960-1963). Em 1962 foi eleito quarto suplente de deputado estadual pelo PTB, sendo efetivado em 1964. Natural de Piracicaba/SP.</p>  |

|  |  |
|--|--|
|  | <p><b>Percy Schreiner</b> (1921-1975): Empresário em Santo Antônio do Sudoeste/PR, onde foi prefeito (1952-1956 e 1960-1964) e vereador (1956-1960). Em 1962 foi eleito segundo suplente de deputado estadual pelo PTB, sendo efetivado em 1964. Sem formação superior. Natural de Dionísio Cerqueira/SC.</p> <p><b>Silvino Lopes de Oliveira</b> (1916-2002): Funcionário público, ex-vereador em Campo Mourão/PR (eleito em 1951) e primeiro prefeito de Peabiru/PR (eleito em 1952), que se emancipou de Campo Mourão em 1951. Estava na segunda legislatura de deputado estadual (eleito em 1958 e 1962 pelo PTB). Em 1954, foi eleito segundo suplente pelo PR, tendo sido convocado temporariamente. Migrou para o PTB em 1957. Sem curso superior, era natural de Lapa/PR.</p> <p><b>Sinval Martins de Araújo</b> (1924-1984): Advogado, ex-prefeito de Clevelândia/PR (1952-1955 e 1960-1963), sua cidade natal. Era filho de Piragibe de Araújo (médico, ex-prefeito de Clevelândia e ex-deputado estadual entre 1926-1927). Em 1962, foi eleito primeiro suplente de deputado estadual pelo PSD.</p> |
|--|--|

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir de informações obtidas nos trabalhos de Maria Nicolas, no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC/FGV e em necrológicos publicados na imprensa.

Apoiando-se em parte das bases do extinto PTB paranaense, o MDB do Paraná enfrentou muitas dificuldades para se estruturar. Além do número reduzido de parlamentares, o partido também vivenciou algumas divergências internas durante o seu processo de formação. A primeira foi a forte oposição ao nome do senador Nelson Maculan para presidir a Executiva estadual (O ESTADO DO PARANÁ, 27 jan. 1966: 4). Desgastado politicamente, o ex-presidente do PTB paranaense não encontrou respaldo entre os ex-petebistas.

Dessa forma, após reunião realizada em Brasília, no dia 9 de fevereiro de 1966, e que contou apenas com a participação dos deputados federais e do senador Maculan, o deputado Miguel Buffara foi escolhido presidente da primeira Comissão Executiva do MDB do Paraná.

**Quadro 7:** Primeira Comissão Executiva do MDB do Paraná (eleita em 9 de fevereiro de 1966)

|                  |   |
|------------------|---|
| Presidente       | Miguel Buffara (deputado federal, ex-PTB)           |
| Vice Presidente  | Antônio Baby (deputado federal, ex-PTB)             |
| Vice Presidente  | Renato Celidônio (deputado federal, ex-PTB)         |
| Vice Presidente  | José Richa (deputado federal, ex-PDC)               |
| Secretário Geral | Fernando da Gama e Souza (deputado federal, ex-PTB) |
| Tesoureiro       | Wilson Chedid (deputado federal, ex-PTB)            |

Fonte: GAZETA DO POVO, 11 fev. 1966: 3; DÁRIO DO PARANÁ, 12 fev. 1966: 3.



O Diretório do MDB do Paraná foi inicialmente composto por nove membros: além dos seis integrantes da Executiva estadual, também integraram o partido o senador Nelson Maculan e os deputados federais Antônio Annibelli e Petrônio Fernal (estes dois últimos representariam o Diretório estadual no Diretório nacional).

No entanto, a constituição do Diretório estadual do MDB também se revelou nada tranquila, pois os deputados estaduais, sobretudo Joaquim Néia de Oliveira (então líder da oposição na Assembleia), se mostravam amplamente descontentes com a exclusão dos seus nomes do Diretório estadual do partido. Outro fator de discórdia nas hostes emedebistas foi o veto do deputado federal Antônio Annibelli ao ingresso do deputado estadual suplente Sinval Martins de Araújo (ex-PSD) no partido em virtude de rivalidades políticas locais em Clevelândia (O ESTADO DO PARANÁ, 15 mar. 1966: 4).

Diante dessa situação, o deputado estadual Joaquim Néia de Oliveira remeteu uma carta ao senador Oscar Passos, presidente nacional do MDB, “denunciando a atitude discriminatória” dos deputados federais, que excluíram os deputados estaduais do Diretório estadual. Na mesma carta, era solicitada uma intervenção da direção nacional do partido a fim de possibilitar o ingresso no MDB paranaense de todos aqueles que assim desejarem, sem restrições (GAZETA DO POVO, 26 mar. 1966: 3). Desse modo, Oscar Passos intermediou a pacificação entre os deputados federais e os deputados estaduais do MDB paranaense, o que resultou, após uma reunião realizada no dia 26 de maio de 1966, na ampliação do número de integrantes do Diretório estadual do partido, que passou a ser composto por 26 membros, com o ingresso dos deputados estaduais Joaquim Néia de Oliveira, Eurico Batista Rosas, Silvino Lopes de Oliveira, Orlando Peraro, Percy Schreiner e Sinval Martins de Araújo e de lideranças políticas que não exerciam mandatos parlamentares – como o ex-vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto (ex-presidente do extinto PDC), o general Iberê de Mattos (ex-prefeito de Curitiba pelo PTB entre 1959 e 1962), Léo de Almeida Neves (um dos líderes do extinto PTB), Jacintho Simões (de Pato Branco), Nelson Buffara (de Paranaguá, irmão de Miguel Buffara), Armando Uchôa (de Nova Esperança), Eloy Pimentel (de Guarapuava), Sadao Massuko (de Londrina), entre outros (GAZETA DO POVO, 28 maio 1966: 3).

Internamente, o MDB do Paraná não vivenciou uma acirrada disputa em torno da definição dos candidatos que concorreriam pelo partido às eleições parlamentares de

novembro de 1966, ao contrário da hipertrofiada ARENA paranaense. Entretanto, o principal ponto de discórdia nas hostes emedebistas era o nome do candidato à senatoria, uma vez que Nelson Maculan, que pretendia concorrer à reeleição, não era unanimidade no partido.

Após uma reunião do Diretório estadual, realizada no dia 11 de julho, o partido decidiu postergar a definição dos nomes dos seus candidatos, uma vez que optou em esperar a definição dos candidatos arenistas (O ESTADO DO PARANÁ, 14 jul. 1966: 4). A estratégia defendida por um grupo do MDB, liderado pelo deputado federal Fernando da Gama e Souza, era esperar a confirmação do lançamento da candidatura de Ney Braga ao Senado pela ARENA para tentar articular uma aliança com os grupos arenistas opositores ao Ministro da Agricultura em torno de um nome vindo da própria ARENA (GAZETA DO POVO, 26 jul. 1966: 3). Porém, tal estratégia tornou-se inviável em virtude do marechal-presidente Castelo Branco ter decretado o Ato Complementar 16 (AC-16), em 19 de julho de 1966, implantando a fidelidade partidária. Tal medida, que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido, visava a favorecer o partido governista nas eleições indiretas ao governo de 12 estados da Federação<sup>20</sup> e à sucessão presidencial que se aproximava<sup>21</sup>. Dessa forma, em virtude do AC-16, a candidatura de Nelson Maculan à reeleição senatorial seria homologada pelo MDB, conforme veremos a seguir.

---

<sup>20</sup> Em 1966, haveria eleições indiretas aos governos de 12 estados e a vitória dos candidatos governistas era certa, exceto no Rio Grande do Sul, onde o MDB, apoiado pelos dissidentes arenistas, provavelmente elegeriam o Cirne Lima governador. No entanto, para evitar a derrota e garantir a eleição de Walter Peracchi Barcelos, em julho de 1966, Castelo Branco utilizou o AI-2 e cassou os mandatos de sete deputados estaduais do Rio Grande do Sul e decretou o Ato Complementar 16 (AC-16, de 19 de julho de 1966), implantando a fidelidade partidária – que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido. Posteriormente, Cirne Lima, renunciou à sua candidatura e o diretório nacional do MDB, em protesto, decidiu, que não participaria das eleições indiretas à presidência da República, recomendando aos diretórios estaduais que também se abstivessem de participar das eleições indiretas aos governos estaduais. Dessa forma, com a abstenção do MDB, no dia 3 de setembro a ARENA elegeu os governadores dos 12 estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Piauí, Amazonas e Acre.

<sup>21</sup> No que tange à eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966 no Congresso Nacional, o general Arthur da Costa e Silva (ARENA) foi eleito com 295 votos. O MDB, que não havia apresentado candidato, não compareceu em sinal de protesto. No entanto, o deputado federal Anísio Rocha (MDB/GO), desobedecendo à orientação partidária, compareceu à sessão e votou em Costa e Silva, o que resultou na sua expulsão do MDB. Contudo, contrariando o AC-16, o voto de Anísio Rocha não foi anulado pelo TSE, sendo creditado a Costa e Silva.

### O MDB e as eleições parlamentares de 1966 no Paraná

No segundo semestre de 1966, as eleições parlamentares de novembro centralizaram as atenções da ARENA e do MDB paranaenses. Enquanto o processo de definição das candidaturas foi relativamente tranquilo no MDB, na hipertrofiada ARENA o processo foi bastante conflituoso, uma vez que o número de pretendentes era superior ao número de vagas.

O MDB paranaense, após uma reunião do diretório estadual, realizada no dia 1º de agosto, confirmou a candidatura de Nelson Maculan à reeleição ao Senado, apesar do nome do senador sofrer fortes oposições dentro do partido. Nessa mesma reunião o partido também definiu os nomes de 13 candidatos a deputado federal e 46 candidatos a deputado estadual. Como ainda não havia atingido o número limite de candidatos, o MDB programou um novo conclave para o dia 29 de agosto (GAZETA DO POVO, 3 ago. 1966: 3). Nesse ínterim, Afonso Alves de Camargo Neto decidiu se lançar candidato ao Senado por uma sublegenda do MDB e a sua candidatura foi homologada na convenção do dia 29 (GAZETA DO POVO, 30 ago. 1966: 3). Posteriormente, Nelson Maculan escolheu o general Iberê de Mattos como seu suplente, enquanto Afonso Alves de Camargo Neto escolheu o deputado estadual Joaquim Néia de Oliveira. No dia 15 de outubro de 1966, a MDB encaminhou ao TRE-PR o registro da candidatura de 16 candidatos a deputado federal e 45 candidatos a deputado estadual (GAZETA DO POVO, 16 out. 1966: 3).

Nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966, a ARENA obteve um excelente resultado, pois, além de eleger Ney Braga ao Senado<sup>22</sup>, o partido elegeu 20 deputados federais e 37 deputados estaduais. Por sua vez, o MDB elegeu apenas cinco deputados federais e oito deputados estaduais.

#### Quadro 8: Composição da bancada paranaense na Câmara dos Deputados (1967-1970)

|       | 1966 (Pós-alinhamento) | Legislatura 1967-1970 |
|-------|------------------------|-----------------------|
| ARENA | 17 (68%)               | 20 (80%)              |
| MDB   | 8 (32%)                | 5 (20%)               |

<sup>22</sup> Ney Braga obteve 660.529 votos, derrotando os candidatos do MDB Nelson Maculan (273.378 votos) e Afonso Alves de Camargo Neto (84.275 votos) (IPARDES, 1989: 109). Desse modo, Ney Braga juntou-se a Adolpho de Oliveira Franco (ARENA) e Rubens de Mello Braga (ARENA), consolidando a hegemonia da ARENA na senatoria paranaense.

|       |           |           |
|-------|-----------|-----------|
| Total | 25 (100%) | 25 (100%) |
|-------|-----------|-----------|

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Em suma, na Câmara dos Deputados o MDB perdeu três cadeiras para a ARENA, enquanto na Assembleia Legislativa paranaense o MDB conseguiu aumentar um pouco a sua representação. De toda forma, a hegemonia da ARENA no Paraná era, nesse momento, incontestável.

**Quadro 9:** Composição Assembleia Legislativa do Paraná (1967-1970)

|              | 1966 (Pós-alinhamento) | Legislatura 1967-1970 |
|--------------|------------------------|-----------------------|
| ARENA        | 38 (84,5%)             | 37 (82%)              |
| MDB          | 5 (11%)                | 8 (18%)               |
| Não Filiados | 2 (4,5%)               | —                     |
| Total        | 45 (100%)              | 45 (100%)             |

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Por sua vez, a bancada do MDB paranaense na Câmara dos Deputados foi pouco renovada, pois apenas um deputado assumiu o mandato pela primeira vez, ao passo que os outros quatro foram reeleitos. No que tange à Assembleia Legislativa, a bancada do MDB sofreu uma renovação, uma vez que seis deputados foram eleitos pela primeira vez e apenas dois foram reeleitos.

**Quadro 10:** Dados biográficos dos parlamentares paranaenses eleitos pelo MDB em 1966

|                    |  |
|--------------------|--|
| Deputados Federais | <p><b>Antônio Annibelli</b> (1911-1997): Proprietário rural e advogado com atuação em Clevelândia, onde foi promotor público e prefeito (1944). Reeito pela segunda vez deputado federal (eleito em 1962 pelo PTB e em 1966 pelo MDB). Foi deputado estadual pelo PTB por três legislaturas (eleito em 1950, 1954 e 1958). Natural de São Paulo, era genro do coronel Manoel Lustosa Martins (fazendeiro e ex-prefeito de Clevelândia) e cunhado de Cândido Machado de Oliveira Neto (ex-deputado estadual eleito pelo PSD em 1950, 1954 e 1958).</p> <p><b>Fernando da Gama e Souza</b> (1925-1993): Advogado com atuação em Curitiba. Reeito pela segunda vez deputado federal (eleito em 1962 pelo PTB e em 1966 pelo MDB). Natural do Rio de Janeiro.</p> <p><b>José Richa</b> (1934-2003): Dentista com atuação em Londrina. Reeito pela segunda vez deputado federal (eleito em 1962 pelo PDC e em 1966 pelo MDB). Natural de São Fidélis/RJ.</p> <p><b>Léo de Almeida Neves</b> (1932-...): Advogado e jornalista com atuação em Curitiba. Foi eleito primeiro suplente de deputado estadual em 1958 pelo PTB, tendo sido efetivado em 1960. Natural de Ponta Grossa. Em virtude da</p> |
|--------------------|--|

|   |   |
|---|---|
|   | <p>sua participação na Frente Ampla, foi cassado em março de 1969 pelo AI-5.</p> <p><b>Renato Celidônio</b> (1928-1986): Agrônomo e cafeicultor em Maringá. Reeito pela segunda vez deputado federal (eleito em 1962 pelo PTB e em 1966 pelo MDB). Natural de Agudos/SP. Em virtude da sua participação na Frente Ampla, foi cassado em fevereiro de 1969 pelo AI-5.</p>  |
| Deputados Estaduais                       | <p><b>Eurico Batista Rosas</b> (1915-1993): Engenheiro civil, professor, ex-vereador e ex-prefeito de Ponta Grossa (1959-1962, eleito pelo PSP), sua cidade natal. Reeito pela quarta vez deputado estadual (eleito em 1954 e 1958 pelo PSP, em 1962 pelo PTB e em 1966 pelo MDB).</p> <p><b>Jacinto Simões</b> (1932-?): Advogado com atuação em Pato Branco/PR. Natural de Freixianda (Portugal), era brasileiro naturalizado. Foi cassado em 1969 pelo AI-5.</p> <p><b>José Alencar Furtado</b> (1925-...): Advogado com atuação em Paranavaí/PR. Em 1962 concorreu a deputado estadual pelo PSP, porém obteve apenas a suplência, não sendo convocado para a legislatura. Natural de Araripe/CE.</p> <p><b>Lázaro Servo</b> (1930-?): Empresário e proprietário rural com atuação em Mandaguaçu, onde foi vereador pelo PTB. Sem formação superior. Natural de Joaquim Távora/PR. Foi cassado em 1969 pelo AI-5.</p> <p><b>Nelson Buffara</b> (1925-2007): Advogado com atuação em Paranaguá/PR, sua cidade natal, onde foi vereador. Era irmão de Miguel Buffara (deputado federal eleito em 1958 e 1962 pelo PTB e deputado estadual eleito em 1954 pelo PTB), primeiro presidente do MDB paranaense.</p> <p><b>Sílvio Magalhães Barros</b> (1927-1979): Empresário com atuação em Maringá, onde foi vereador (1961-1967). Formado em Sociologia. Natural de Aiuruoca/MG.</p> <p><b>Sinval Martins de Araújo</b> (1924-1984): Advogado, ex-prefeito de Clevelândia/PR (1952-1955 e 1960-1963), sua cidade natal. Era filho de Piragibe de Araújo (médico, ex-prefeito de Clevelândia e ex-deputado estadual entre 1926-1927). Em 1962 foi eleito primeiro suplente de deputado estadual pelo PSD e eleito pelo MDB em 1966. Foi cassado em 1969 pelo AI-5.</p> <p><b>Valmor Santos Giavarina</b> (1933-2005): Dentista, advogado, professor e radialista com atuação em Apucarana/PR, onde foi eleito vereador em 1964 pelo Partido Libertador (PL). Foi eleito deputado estadual em 1966 pelo MDB, porém migrou para a ARENA em 1968. Nesse mesmo ano foi eleito prefeito de Apucarana pela ARENA, renunciando ao seu mandato de deputado estadual e 1969. Natural de Capinzal/SC.</p> |
| Deputados Estaduais: suplentes convocados | <p><b>João Olivir Gabardo</b> (1931-...): Advogado e professor universitário de geografia com atuação em Londrina, onde foi eleito vereador em 1962 pelo PDC. Em 1966, foi eleito primeiro suplente do MDB, tendo sido efetivado após a renúncia de Valmor Giavarina em 1969. Natural de União da Vitória/PR.</p>   |

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir de informações obtidas nos trabalhos de Maria Nicolas, no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC/FGV e em necrológicos publicados na imprensa.

Convém observar que quatro deputados federais do MDB não obtiveram êxito no pleito: Miguel Buffara (presidente do MDB paranaense), Antônio Baby e Petrônio Fernal

obtiveram apenas a suplência, enquanto Wilson Chedid, que concorreu a deputado estadual, não conseguiu se eleger. Contudo, a grande novidade na bancada federal do MDB do Paraná foi Léo de Almeida Neves, o deputado federal mais votado pelo partido e o segundo mais votado no estado. Léo de Almeida Neves era vinculado à ala nacionalista e reformista do PTB paranaense e integrou a Comissão Executiva estadual (1957-1965) e nacional (1960-1965) do extinto partido.

Em nível nacional, a ARENA ampliou ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 deputados contra 132 do MDB<sup>23</sup>. Portanto, a ARENA detinha 67,7% das cadeiras contra 32,2% do MDB (KINZO, 1988: 74).

### **A convenção estadual do MDB paranaense de março de 1967 e a renovação da Comissão Executiva estadual**

Após as eleições parlamentares de novembro de 1966, começou a ecoar no MDB do Paraná a tese da renovação da Executiva estadual, sobretudo em virtude da não reeleição de vários membros da atual Executiva, incluindo o presidente Miguel Buffara. Assim, a ideia de uma renúncia coletiva da Executiva emedebista começou a ganhar força e foi confirmada após a reunião do diretório estadual, realizada em 30 de janeiro de 1967 (GAZETA DO POVO, 31 jan. 1967: 3; O ESTADO DO PARANÁ, 31 jan. 1967: 4).

A partir de meados de fevereiro, a disputa pela presidência do partido concentrou-se entre os deputados federais Léo de Almeida Neves e Renato Celidônio. Deputado federal mais votado no MDB do Paraná, Léo de Almeida Neves era o favorito para vencer a disputa. No entanto, Renato Celidônio, que contava com o apoio do deputado federal José Richa, do ex-senador Nelson Maculan e do ex-vice-governador Afonso Alves de Camargo Neto, passou a ganhar força nos bastidores do partido, equilibrando a disputa.

Na convenção estadual do MDB, realizada no dia 18 de março de 1967, Renato Celidônio derrotou Léo de Almeida Neves por apenas 5 votos de diferença (41 a 36) e foi eleito o novo presidente do MDB do Paraná, cuja Comissão Executiva ficou assim definida:

---

<sup>23</sup> Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

**Quadro 11:** Comissão Executiva do MDB paranaense (eleita em 18 de março de 1967)

|                  |   |
|------------------|---|
| Presidente       | Renato Celidônio (deputado federal)   |
| Vice-Presidente  | Valmor Santos Giavarina (deputado estadual)   |
| Vice-Presidente  | Eurico Batista Rosas (deputado estadual)  |
| Vice-Presidente  | Afonso Alves de Camargo Neto (ex-vice-governador)   |
| Secretário Geral | Sinval Martins de Araújo (deputado estadual)  |
| Tesoureiro       | Joaquim Néia de Oliveira (ex-deputado estadual)   |
| Vogais           | Lázaro Servo (deputado estadual)<br>João Olivir Gabardo (suplente de deputado estadual)<br>Sílvio Magalhães Barros (deputado estadual)<br>Roberto Conceição<br>Ivaldo Thomazi |

Fonte: GAZETA DO POVO, 19 mar. 1967: 3; O ESTADO DO PARANÁ, 19 mar. 1967: 1 e 3.

A Comissão Executiva do MDB do Paraná foi totalmente reformulada, com a permanência de apenas um membro da antiga Executiva: Renato Celidônio, que ascendeu de vice-presidente para a presidência do partido. Observa-se também que nos postos da Executiva havia a predominância de deputados estaduais e apenas um deputado federal, ao contrário da primeira Executiva do partido, formada exclusivamente por deputados federais.

Convém ressaltar que a disputa pela presidência do MDB paranaense trouxe à tona antigas rivalidades do extinto PTB paranaense<sup>24</sup>. No que tange à disputa pela composição do novo diretório estadual, a chapa liderada por Renato Celidônio, denominada “chapa Nelson Maculan” – que contava com o apoio do ex-senador Nelson Maculan (ex-presidente do PTB) e por dois dissidentes do extinto PDC (José Richa e Afonso Alves de Camargo Neto) –, obteve 38 votos contra 30 da chapa liderada por Léo de Almeida Neves, denominada de “chapa Souza Naves<sup>25</sup>” (GAZETA DO POVO, 21 mar. 1967: 3).

Portanto, nesse momento percebe-se que havia uma divisão no interior do MDB paranaense entre dois grupos. Enquanto o grupo liderado por Léo de Almeida Neves possuía um forte vínculo com a ideologia trabalhista e com a antiga ala nacionalista e reformista do PTB, o grupo capitaneado por Renato Celidônio aglutinava ex-petebistas

<sup>24</sup> Mais detalhes sobre o PTB paranaense, ver BATISTELLA (2016).

<sup>25</sup> A chapa derrotada, cujo nome fazia homenagem ao falecido senador Abilon de Souza Naves (ex-presidente do PTB paranaense) tinha a seguinte organização: presidente: Léo de Almeida Neves; vice-presidentes: Fernando da Gama e Souza, José Alencar Furtado e Lázaro Servo; secretário geral: Jacintho Simões; tesoureiro: Uahib Tanus (O ESTADO DO PARANÁ, 19 mar. 1967: 1).

vinculados à antiga ala conservadora do partido e homens oriundos de outros partidos políticos do pré-AI-2.

Contudo, outro ponto de merece destaque na convenção do MDB paranaense foi a aprovação unânime de uma proposição em “solidariedade aos companheiros cassados, exilados, presos ou condenados sem defesa por crimes políticos depois de 31 de março de 1964” (O ESTADO DO PARANÁ, 21 mar. 1967: 4).

Após a convenção, a nova Executiva do MDB paranaense se dedicaria a coordenar a organização dos diretórios municipais do partido em todo o estado, visando atender as exigências da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e do AC-29, que determinavam que os partidos estruturassem um terço das comissões diretoras municipais até 30 de junho de 1967. Para tais propósitos, convém lembrar que o MDB decidiu que caberia aos deputados (um federal e um estadual) mais votados em cada região a responsabilidade pela organização dos diretórios municipais (GAZETA DO POVO, 7 maio 1967: 3). No final de 1967, o MDB já havia conseguido organizar cerca de 150 diretórios municipais no Paraná (O ESTADO DO PARANÁ, 31 dez. 1967: 4).

No que tange à atuação na Assembleia Legislativa, os deputados estaduais emedebistas empreenderam, sobretudo a partir do segundo semestre de 1967, uma forte oposição ao governador Paulo Pimentel. Ademais, um dos temas que mais repercutiram no interior do MDB paranaense nos últimos meses de 1967 foi a organização da Frente Ampla no Paraná.

### **A relação do MDB paranaense com a Frente Ampla (1966-1968)**

Carlos Lacerda, um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 e que ambicionava chegar à presidência da República, rompeu com o marechal-presidente Castelo Branco a partir do momento que viu as suas pretensões serem ceifadas, sobretudo a partir do AI-2 e com o estabelecimento das eleições indiretas à presidência da República.

No entanto, as desavenças entre Lacerda e Castelo Branco tiveram início em julho de 1964, com o adiamento das eleições presidenciais de outubro de 1965 para outubro de 1966 e a conseqüente prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco. Conforme Márcio de Paiva Delgado (2013: 102-103), a reação de Lacerda, que estava em viagem no



exterior, foi violenta. Em declarações, discursos, entrevistas e correspondências, Lacerda afirmava que havia sido traído e posto à margem da UDN, denunciando aquilo que ele entendia ser um “golpe contra a democracia, contra as eleições e contra o povo”. Ironicamente, Lacerda expressava o medo de que a “revolução” se transformasse em uma ditadura.

Em 1965, Carlos Lacerda entrou em conflito com o governo Castelo Branco ao criticar sistematicamente a política econômica liberal do governo – sobretudo o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) – coordenada pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões<sup>26</sup>.

A partir do segundo semestre de 1966, Lacerda ingressou definitivamente ao lado das forças oposicionistas e passou a ser um dos principais articuladores de um movimento de oposição à ditadura denominado Frente Ampla. No entanto,

A ideia da constituição de um movimento político pacífico contra a ditadura militar não tem uma única paternidade. Essa “união dos contrários” não será formada em um único ato e sequer no mesmo ano. Ficou consolidado na memória política nacional que a Frente Ampla foi um movimento formado em meados de 1966 com Lacerda, Jango e JK. Erro cronológico e factual que esconde o longo e difícil processo de negociações marcado por avanços e recuos.

A Frente Ampla nasceria de duas “frentes” de conversações de grupos de oposição. Uma delas, envolvendo trabalhistas e comunistas, iniciada antes mesmo das eleições estaduais de 1965. A segunda, envolvendo juscelistas e lacerdistas, começaria em meados de 1966, com Lacerda já em franca oposição ao governo federal. O processo de união destas duas “frentes” será apenas consolidado em fins de 1967, com a entrada oficial de João Goulart na Frente Ampla (DELGADO, 2013: 138).

Assim, no segundo semestre de 1966, enquanto os contatos entre Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek (em autoexílio em Lisboa), intermediados pelo deputado federal Renato Archer (MDB/MA), avançaram, os entendimentos entre Lacerda e Jango (exilado no Uruguai), conduzidos pelo deputado federal Doutel de Andrade (MDB/SC, cassado em outubro de 1966), mostravam-se mais difíceis.

A Frente Ampla nasceu oficialmente no dia 28 de outubro de 1966 por meio de um Manifesto assinado por Carlos Lacerda. Conforme Marcos Napolitano (2014: 84-85):

---

<sup>26</sup> De forma contraditória, Lacerda, alinhado ao pensamento liberal, passou a defender o nacionalismo econômico. Mais detalhes, ver DELGADO (2013: 104-109).

O longo Manifesto da Frente Ampla fazia uma bela ginástica retórica para explicar como Carlos Lacerda e Juscelino (com vistas também a Jango), antes mortais inimigos, eram aliados contra o regime. Conforme o documento, os três estavam juntos em nome de uma luta maior que ameaçava o país, a ditadura, chamada assim mesmo com todas as letras. O Manifesto era uma dura crítica à ditadura e à defesa do processo democrático interrompido em 1964. Criticava duramente a política recessiva de Castelo e apelava aos trabalhadores, estudantes, mulheres, empresários delineando um campo de mobilização que mais tarde seria chamado de “sociedade civil”, termo que ainda não aparece no documento. Apelava até aos sentimentos patrióticos dos militares, que, segundo o documento, estavam sendo traídos pelo caráter antinacional e antidemocrático do regime. Apesar das críticas, o tom era de apelo ao diálogo, na esperança de uma saída negociada para o impasse e isolamento político no qual o regime parecia mergulhar.

O Manifesto foi publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes, maior propagandista da Frente Ampla no setor. Posteriormente, Hélio Fernandes, que disputava uma vaga à Câmara Federal pelo MDB da Guanabara, teve os seus direitos políticos cassados no dia 10 de novembro de 1966, cinco dias antes das eleições parlamentares e um dia antes da viagem de Lacerda a Lisboa para o encontro com JK (DELGADO, 2013: 151).

Após o encontro, realizado no dia 19 de novembro de 1966, Lacerda e Juscelino divulgam uma nota conjunta conhecida como “Declaração de Lisboa”. Conforme Márcio de Paiva Delgado (2013: 152), “a declaração, em linhas gerais, reafirmava o tom de união e superação das diferenças do passado, a necessidade do desenvolvimento econômico e a volta da democracia, já explicitado no manifesto assinado por Lacerda”. Outra novidade foi a proposta de formação de um “grande partido popular de reforma democrática”, uma vez que o AI-2 possibilitava a criação de um terceiro partido, embora as chances fossem muito remotas (DELGADO, 2013: 153).

As divulgações do Manifesto de 28 de outubro e da Declaração de Lisboa não repercutiram bem nos meios militares, aumentando os rumores sobre uma possível cassação dos direitos políticos de Carlos Lacerda.

Contudo, Após formalização da aliança Lacerda-JK, por meio da Declaração de Lisboa, alguns parlamentares lacerdistas e juscelinistas iniciaram os trabalhos para angariar adesões junto aos deputados e senadores em Brasília.

No Paraná, o primeiro a aderir à Frente Ampla foi o deputado federal arenista Jorge Khury, amigo pessoal de Carlos Lacerda e opositor de Castelo Branco. Dessa forma, o lacerdista Jorge Khury procurou articular no Paraná a criação do Partido Popular (O ESTADO DO PARANÁ, 11 dez. 1966: 4). Embora tenha contado com a adesão do senador arenista Adolpho de Oliveira Franco, a proposta de criação do Partido Popular não obteve grande repercussão no Paraná.

De fato, as discussões sobre a possibilidade da criação de um terceiro partido não avançaram muito. Primeiro, pela experiência de Lacerda com o PAREDE; segundo, essa questão dificultava a aliança entre emedebistas e frentistas. Assim, se a Frente Ampla se apresentasse como um movimento teria maiores chances de conseguir a adesão de elementos do MDB do que se apresentasse como um projeto de terceiro partido – pois o MDB temia que a Frente Ampla fomentasse o esvaziamento do partido e a pulverização da oposição (DELGADO, 2013: 165-166).

No início do governo Costa e Silva, a Frente Ampla inicialmente adotou uma “postura de espera”. A trégua terminou em julho de 1967, após a prisão do jornalista Hélio Fernandes<sup>27</sup>. A partir de então, a Frente Ampla passou a criticar fortemente o governo Costa e Silva. Contudo, a Frente Ampla não conseguia encorpar-se, sobretudo porque a maioria dos emedebistas desconfiava que Lacerda estivesse usando o movimento para fortalecer a sua candidatura à presidência da República.

No dia 4 de setembro de 1967, houve uma grande reunião da Frente Ampla na residência de Renato Archer, que contou com a presença de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek (que voltou do autoexílio em abril de 1967), Mário Covas (líder do MDB na Câmara dos Deputados), entre outros. Dentre as resoluções desta reunião destacam-se: a) abandono da ideia inicial, lançada em Lisboa, sobre a formação de um terceiro partido; b) a não cogitação em se lançar, pelo menos naquele momento, qualquer candidatura à

---

<sup>27</sup> Após o falecimento de Castelo Branco, vitimado por um acidente aéreo no dia 18 de julho de 1967, Hélio Fernandes – que havia sido cassado em novembro de 1966 – publicou um rancoroso necrológico ao ex-presidente no seu jornal *Tribuna da Imprensa*, dizendo que “Com a morte de Castelo Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, não perdeu coisa alguma. Com o ex-presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro deserto do Saara”. Os militares consideraram o artigo de Hélio Fernandes uma ofensa à memória de Castelo Branco e o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, o condenou à prisão e ao desterro na ilha de Fernando de Noronha, onde ficou por cerca de dois meses (SKIDMORE, 1988: 149).

presidência da República; c) oficialização de Renato Archer como Secretário Geral da Frente Ampla; d) os juristas Barbosa Lima Sobrinho e Nestor Duarte Guimarães foram indicados para formar uma comissão para a elaboração de um programa para o movimento; e) buscar arregimentar lideranças políticas e intelectuais nos estados; f) consolidação das entradas de João Goulart e Jânio Quadros no movimento (DELGADO, 2013: 170-171).

Juscelino se encontrou com Jânio Quadros no dia 6 de setembro em São Paulo, porém Jânio reafirmou a sua posição de não participar de uma composição com Lacerda. Por sua vez, Jango ingressou oficialmente na Frente Ampla após reunir-se com Lacerda em Montevideu<sup>28</sup>. Esse encontro resultou na divulgação, em 25 de setembro de 1967, do Pacto de Montevideu.

O Pacto de Montevideu foi duramente criticado por Leonel Brizola, Jânio Quadros, pela família Vargas e teve forte repercussão negativa entre os parlamentares arenistas<sup>29</sup> e entre os setores militares. Por outro lado, é inegável que a entrada efetiva de João Goulart na Frente Ampla revigorou o movimento, impulsionando a adesão dos trabalhistas. Embora o senador Oscar Passos (presidente nacional do MDB e maior crítico da Frente Ampla fora da ARENA) oferecesse resistência, a Executiva nacional do MDB, embora não declarasse apoio oficial à Frente Ampla, liberou o ingresso dos membros do partido ao movimento.

No Paraná, o deputado federal Léo de Almeida Neves (ex-petebista e amigo de Jango) foi o primeiro emedebista a declarar a sua adesão à Frente Ampla, no início de outubro de 1967, “por considerar um dever patriótico” (GAZETA DO POVO, 8 out. 1967: 3). Além do deputado emedebista, a Frente Ampla no Paraná contava com o apoio do deputado federal Jorge Khury e do senador Adolpho de Oliveira Franco, ambos da ARENA paranaense.

Enquanto a ARENA do Paraná adotava uma forte oposição à Frente Ampla, o movimento dividia opiniões dentro do MDB paranaense. Por exemplo, o deputado estadual

---

<sup>28</sup> Entre janeiro e setembro de 1967, João Goulart recebeu vários emissários (dentre eles, Doutel de Andrade e Renato Archer). Porém aconselhado por Darcy Ribeiro e pressionado por Leonel Brizola, Jango tendeu a não receber Lacerda. A situação modificou-se a partir da intermediação realizada pelo ex-petebista José Gomes Talarico, que convenceu Jango a receber Lacerda. Dessa forma, em setembro, participaram das conversações em Montevideu Jango, Lacerda, Renato Archer, José Gomes Talarico, Amaury de Oliveira e Silva (senador pelo PTB paranaense cassado em 1964), entre outros. Não participaram do encontro Darcy Ribeiro (que foi convidado, mas se recusou a participar) e Brizola, que não foi convidado para a reunião. Posteriormente, Brizola criticaria Lacerda, Jango e a Frente Ampla (DELGADO, 2013: 175-178).

<sup>29</sup> Por exemplo, o senador Daniel Krieger, presidente nacional da ARENA, em discurso no Senado, referiu-se à Frente Ampla como um movimento tipicamente subversivo e negativista (DELGADO, 2013: 189).

Sílvio Barros, então líder da bancada do partido na Assembleia Legislativa estadual, declarou-se contrário à Frente Ampla por considerar que o movimento “beneficiava Carlos Lacerda e esvaziava a oposição” (GAZETA DO POVO, 27 out. 1967: 3). Outro emedebista que se posicionou publicamente contrário à Frente Ampla foi o deputado federal Antônio Annibelli (O ESTADO DO PARANÁ, 4 nov. 1967: 4).

Contudo, sob a liderança de Léo de Almeida Neves, a Frente Ampla foi conquistando adeptos dentro do MDB do Paraná, que convocou uma convenção estadual do partido no dia 18 de novembro de 1967 para tratar sobre o tema. Na referida convenção, o MDB paranaense aprovou, com ampla maioria, o seu ingresso na Frente Ampla, tornando-se o primeiro diretório emedebista do país a apoiar, oficialmente e publicamente, o movimento. Durante a convenção, o deputado federal Renato Celidônio, presidente da Executiva estadual, declarou o seu apoio à Frente Ampla, enquanto o deputado federal Fernando da Gama e Souza declarou-se contrário ao movimento (O ESTADO DO PARANÁ, 19 nov. 1967: 3; 21 nov. 1967: 4). No final de dezembro de 1967, Renato Celidônio encontrou-se pessoalmente com Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Renato Archer, no Rio de Janeiro, para declarar o seu apoio e do MDB paranaense à Frente Ampla (GAZETA DO POVO, 23 dez. 1967: 3).

Entre os meses de novembro de 1967 e fevereiro de 1968, Lacerda foi constantemente convidado por instituições de ensino, associações profissionais e Câmaras Municipais de diversos estados para realizar conferências divulgando a Frente Ampla, no qual geralmente criticava o governo (DELGADO, 2013: 197). Inclusive, em janeiro de 1968, os deputados federais paranaenses Léo de Almeida Neves (MDB) e Jorge Khury (ARENA) integraram a comitiva da Frente Ampla na viagem a Belo Horizonte, onde, no dia 17, no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Carlos Lacerda discursou (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1968: 3).

A partir do final de janeiro de 1968, a imprensa paranaense passou a noticiar que a Frente Ampla pretendia realizar uma série de comícios pelo país, iniciando os atos no Paraná. A decisão, segundo Renato Celidônio, presidente do MDB paranaense, seria um reconhecimento ao MDB paranaense por ter sido o primeiro diretório estadual emedebista a aderir oficialmente ao movimento (O ESTADO DO PARANÁ, 30 jan. 1968: 1). Posteriormente, a partir de fevereiro, a imprensa noticiou que um dos primeiros comícios

da Frente Ampla seria realizado em Maringá, cidade onde Renato Celidônio residia e concentrava a sua base política (GAZETA DO POVO, 15 fev. 1968: 3).

Contudo, o primeiro comício popular da Frente Ampla não foi realizado no Paraná, mas na cidade de São Caetano do Sul, na região do ABC paulista, no dia 23 de março de 1968. O comício contou com a presença de cerca de três mil pessoas. Ainda no estado de São Paulo, no dia 25, Lacerda e a caravana da Frente Ampla participaram de conferências com estudantes em Campinas e, posteriormente, em Piracicaba.

Posteriormente, Carlos Lacerda e a caravana da Frente Ampla (da qual integravam Renato Archer, Mário Covas, Jorge Khury, Renato Celidônio, Léo de Almeida Neves, José Richa, entre outros) chegaram ao Paraná no dia 29 de março, um dia após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, baleado pela polícia durante uma manifestação no Rio de Janeiro, o que catalisou uma série de protestos estudantis em todo o país. Nesse clima de tensão política, Carlos Lacerda e a caravana da Frente Ampla chegaram à cidade de Londrina, onde se incorporaram à comitiva todos os deputados estaduais do MDB paranaense. À noite, Lacerda ministrou uma conferência aos estudantes londrinenses. No dia seguinte, Lacerda e os frentistas almoçaram em Apucarana, na residência do deputado estadual Valmor Giavarina (MDB) (GAZETA DO POVO, 29 mar. 1968: 3; GAZETA DO POVO, 30 mar. 1968: 3; O ESTADO DO PARANÁ, 30 mar. 1968: 4).

Posteriormente, Lacerda e os frentistas se deslocaram para Maringá, onde, à noite do dia 30 de março, ocorreu o grande comício da Frente Ampla, que reuniu cerca de oito mil pessoas, apesar da forte chuva (DIÁRIO DO PARANÁ, 2 abr. 1968: 5). Durante o comício, além de Carlos Lacerda, também discursaram os deputados federais Renato Archer (MDB/MA), Renato Celidônio (MDB/PR), Lígia Doutel de Andrade (MDB/SC), José Carlos Guerra (ARENA/PE), o deputado estadual Sílvio Barros (MDB/PR) e Renato Bernardi (vereador em Maringá pelo MDB). Também estiveram presentes no comício de Maringá os deputados federais Léo de Almeida Neves (MDB/PR), José Richa (MDB/PR), Jorge Khury (ARENA/PR), Padre Antônio Godinho (MDB/SP), os deputados estaduais emedebistas José Alencar Furtado, Sinval Martins, Valmor Giavarina, entre outros (O ESTADO DO PARANÁ, 2 abr. 1968: 4; DIÁRIO DO PARANÁ, 2 abr. 1968: 5).

No dia 30, mesmo dia em que ocorreu o comício em Maringá, o governo Costa e Silva havia proibido as manifestações estudantis, inclusive autorizando a repressão

(GAZETA DO POVO, 31 mar. 1968: 1). Porém, os estudantes foram às ruas em todo o país protestar, sendo reprimidos violentamente. No dia 2 de abril, Lacerda divulgou um manifesto, apoiando o movimento estudantil e criticando a violência policial (GAZETA DO POVO, 3 abr. 1968: 3).

No dia 4 de abril, o público que compareceu à missa de sétimo dia de Edson Luís, na igreja da Candelária, foi violentamente espancado pela polícia nas ruas do Rio de Janeiro. Temendo que as manifestações estudantis pudesse se somar à Frente Ampla, as pressões dos ministros militares, receosos de um possível crescimento do movimento, levaram o governo a tomar uma atitude. Assim, no dia 5 de abril de 1968, o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, publicou a portaria nº 177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla. Desse modo, qualquer manifestação pública, declarações, entrevistas ou publicações em nome da Frente Ampla seriam consideradas ilegais e os responsáveis seriam presos e responderiam a inquéritos baseados na Lei de Segurança Nacional (GAZETA DO POVO, 6 abr. 1968: 1).

Márcio de Paiva Delgado (2013: 202-203) lembra que nas semanas seguintes políticos frentistas – como Renato Archer, Oswaldo Lima Filho (deputado federal pelo MDB/PE), Hermano Alves (deputado federal pelo MDB/GB), Mário Covas e Josafá Marinho (senador pelo MDB/BA) – defenderem a Frente Ampla por meio da imprensa e de discursos parlamentares, enquanto juristas e jornalistas criticavam a ilegalidade da portaria. Por sua vez, Carlos Lacerda, no dia 20 de abril, partiu para uma viagem a Europa que duraria mais de dois meses.

Conforme veremos a seguir, muitos integrantes da Frente Ampla foram cassados pelo AI-5, como Carlos Lacerda, Renato Archer, Mário Covas e os deputados federais paranaenses Jorge Khury, Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves.

### **O AI-5 e as cassações de parlamentares do MDB paranaense**

A partir do final de 1967, capitaneado pela Frente Ampla, a oposição ao governo Costa e Silva começou a ganhar volume. Porém, a proibição da Frente Ampla, em abril de 1968, não estancou o crescente movimento oposicionista ao regime durante o ano de 1968, caracterizado pela intensificação do movimento estudantil, pela eclosão de movimentos

grevistas e pelas críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas. A crise política foi ainda agravada com a crise interna da ARENA nacional e com a insatisfação dos militares da “linha dura”, cujas expectativas se viram frustradas diante da postura adotada até então pelo general-presidente Costa e Silva, considerada por eles como moderada frente ao crescimento do movimento oposicionista.

Dessa forma, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a ameaça da decretação do Estado de sítio e de fechamento do regime. No final do ano, a ameaça se concretizou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro. O principal argumento para a promulgação do AI-5 foi a “subversão social e política” (isto é, o crescente movimento de oposição ao regime durante praticamente todo o ano de 1968, com a intensificação do movimento estudantil, os movimentos grevistas, as críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas) que ameaçava a “Revolução”.

O AI-5 acentuou ainda mais o caráter ditatorial do regime que havia iniciado em 1964, dando amplos poderes discricionários ao presidente da República por tempo ilimitado<sup>30</sup>. Em outras palavras, a partir do AI-5 o presidente da República passou a gozar de amplos poderes para legislar por decreto, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, entre outras medidas autoritárias, como, por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* em crimes políticos<sup>31</sup> e o julgamento de crimes políticos em tribunais militares sem direito a recurso. Composto por 12 artigos, o AI-5 representou a amplificação do recurso à repressão (que já vinha sendo praticada e estruturada desde 1964) a qualquer movimento de oposição à ditadura, uma vez que se tornou um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado inimigo do regime.

No final da noite do dia 13 de dezembro, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva anunciou, em cadeia de rádio e televisão, a decretação do AI-5 e do Ato Complementar 38 (AC-38), que decretou o recesso do Congresso por tempo

---

<sup>30</sup> O AI-5 vigorou até o final de 1978.

<sup>31</sup> Três meses depois da edição do AI-5 estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender qualquer cidadão por 60 dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores (GASPARI, 2002: 341).



indeterminado<sup>32</sup>. No mesmo dia teve início à série de prisões de líderes políticos (como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek), jornalistas, intelectuais, artistas, etc<sup>33</sup>.

No dia 20 de dezembro de 1968, o governo decretou o AC-39, que regulamentava as cassações de mandatos, aposentadorias, demissões e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Assim, no dia 30 de dezembro teve início à série de cassações de mandatos e suspensão dos direitos políticos por dez anos, com a publicação das cassações de Carlos Lacerda, do desembargador Joaquim de Souza Neto (que foi aposentado) e de 11 deputados federais: Márcio Moreira Alves (MDB/GB), Hermano Alves (MDB/GB), Renato Archer (MDB/MA), Maurílio Ferreira Lima (MDB/PE), Celso Passos (MDB/MG), David José Lerer (MDB/SP), Gastone Righ (MDB/SP), Hélio Henrique Navarro (MDB/SP), Henrique Henkin (MDB/RS), José Lurtz Sabiá (MDB/SP) e Matheus José Schmidt (MDB/RS) (GAZETA DO POVO, 31 dez. 1968: 1). Convém lembrar que esses 11 deputados cassados tiveram alguma ligação com a Frente Ampla (DELGADO, 2013: 212-216).

Em 1969 reiniciou a série de cassações de parlamentares. Até o final de 1969 foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB<sup>34</sup>. Portanto, o principal alvo foi o MDB, cujas cassações reduziram em cerca de 50% a sua bancada na Câmara dos Deputados. Além de senadores e deputados federais, o AI-5 também cassou inúmeros deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Convém lembrar que os políticos cassados pelo AI-5 geralmente não tinham conhecimento sobre os motivos das punições, uma vez que os processos eram sigilosos.

No dia 16 de janeiro de 1969 foram cassados os senadores Aarão Steinbruch (MDB/RJ) e João Abrahão Sobrinho (MDB/GO), três ministros do Supremo Tribunal Federal, um ministro do Supremo Tribunal Militar e 33 deputados federais, entre eles Mário Covas (MDB/SP, líder da bancada emedebista na Câmara) e Jorge Khury, da ARENA paranaense, que foi cassado em virtude da sua forte relação pessoal com Carlos Lacerda e por ter sido um dos líderes da Frente Ampla no Paraná (O ESTADO DO PARANÁ, 17 jan. 1969: 5). Aliás, vale ressaltar que os dois senadores e a maioria dos deputados cassados em janeiro tiveram vínculos com a Frente Ampla.

---

<sup>32</sup> O Congresso ficou em recesso de dezembro de 1968 a outubro de 1969.

<sup>33</sup> Mais detalhes, ver: VENTURA, 2008.

<sup>34</sup> Mais detalhes, ver o trabalho de Débora B. de Azevedo e Márcio Nuno Rabat (2012).

No dia 7 de fevereiro de 1969 foram cassados dois senadores<sup>35</sup> e 30 deputados federais, entre eles Renato Celidônio, presidente do MDB paranaense e um dos líderes da Frente Ampla no Paraná. Com a cassação de Celidônio o MDB do Paraná passou a ser presidido interinamente pelo deputado estadual Eurico Batista Rosas.

Também no dia 7 de fevereiro de 1969, por meio do AC-47, o governo decretou o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, de Pernambuco e de Sergipe. Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1969, por meio do AC-49, foi decretado o recesso das Assembleias de Goiás e do Pará. Essas sete Assembleias Legislativas ficaram em recesso por mais de um ano.

No dia 13 de março de 1969 ocorreram novas cassações, atingindo três deputados federais e 92 deputados estaduais. Entre os cassados estavam cinco paranaenses, dentre eles o deputado federal Léo de Almeida Neves, presidente do diretório do MDB de Curitiba e um dos líderes do MDB paranaense e da Frente Ampla no Paraná. Os outros quatro parlamentares paranaenses cassados foram os deputados estaduais Jacintho Simões e Lázaro Servo, ambos do MDB, e os arenistas Aníbal Khury<sup>36</sup> e Miran Pirih.

Por sua vez, Lázaro Servo foi cassado sob a acusação de corrupção, enriquecimento ilícito e estelionato (GAZETA DO POVO, 13 fev. 1969: 5; O ESTADO DO PARANÁ, 14 fev. 1969: 8). Já os motivos que levaram às cassações de Jacintho Simões e Miran Pirih não foram evidenciados. Em Pato Branco, onde Jacintho Simões era radicado, circulou o boato de que ele havia sido cassado por ser português, enquanto Miran Pirih foi cassado por ser iugoslavo (HELLER; DUARTE, 2000: 103).

No dia 29 de abril de 1969, uma nova série de cassações atingiram 15 deputados federais e 59 deputados estaduais, entre os quais três deputados estaduais paranaenses: o emedebista Sinval Martins de Araújo e os arenistas Jorge Miguel Nassar e Miguel Dinizo.

---

<sup>35</sup> Trata-se dos senadores Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho (MDB/AM) e Mário de Souza Martins (MDB/GB). Também foi cassado o suplente de senador Marcelo Nunes de Alencar (MDB/GB). Os três tiveram vínculos com a Frente Ampla.

<sup>36</sup> Aníbal Khury, secretário geral da ARENA paranaense e irmão do deputado federal cassado Jorge Khury, também mantinha contatos políticos com Carlos Lacerda. Porém, Aníbal foi preso no dia 11 de março, acusado de corrupção, enriquecimento ilícito e contrabando de café e armas. Depois de cassado, Aníbal Khury permaneceu preso até o final de abril de 1969, sendo absolvido na década de 1970. Em entrevista ao jornalista Milton Ivan Heller, Aníbal atribuiu a sua cassação ao então ministro da Agricultura Ivo Arzua, que ambicionava suceder Pimentel no governo estadual e via em Aníbal seu principal adversário. De acordo com Aníbal, no início de 1969 ele havia conversado com o ministro da Justiça Gama e Silva, que havia lhe informado que quem estava fazendo pressão contra ele era o ministro Ivo Arzua (REBELO, 2004: 163).

Nenhum dos três soube o que motivou as suas cassações. Apenas ficaram sabendo que foram classificados pelos militares que atuavam no Paraná como “subversivos” (HELLER; DUARTE, 2000). Contudo, é interessante lembrar que os deputados estaduais arenistas Miran Pirih, Jorge Miguel Nassar e Miguel Dinizo foram vinculados ao PTB antes do AI-2.

No mesmo dia 29 de abril de 1969 também foram cassados nove prefeitos em todo o país, sendo quatro de cidades paranaenses: o ex-deputado estadual Constantino João Kotzias (ARENA), prefeito de Paranaguá; Halim Maraaqui (ARENA), prefeito de Nova Londrina; José Maria Galvão (ARENA), prefeito de Rolândia; e Osmar Ramos de Oliveira (ARENA), prefeito de Carlópolis. Posteriormente, no dia 1º de julho de 1969 foram também cassados João Nelson Sobieray e Agenor Brasilino Costa (ambos do MDB), respectivamente prefeito e vice-prefeito de Jardim Alegre.

Portanto, em 1969 foram cassados pelo AI-5 três deputados federais paranaenses e sete deputados estaduais. Como os parlamentares cassados não poderiam ser substituídos pelos suplentes, a Assembleia Legislativa paranaense passou a ter 38 deputados: 33 da ARENA e cinco do MDB. Dessa forma, o MDB paranaense (assim como ocorreu com o partido em nível nacional) foi duramente atingido pelas cassações impostas pelo AI-5, pois, além de perder 37,5% dos seus deputados na Assembleia estadual, perdeu os seus dois principais líderes: os deputados federais Renato Celidônio (presidente da Executiva estadual) e Léo de Almeida Neves.

Além das cassações de políticos em nível nacional, estadual e municipal, com o AI-5 ocorreu uma série de aposentadorias compulsórias ou demissões de profissionais como juízes, embaixadores, militares, professores universitários, jornalistas, funcionários públicos, entre outros, que perderam os seus empregos e os seus direitos políticos. Ademais, a perseguição política a todos os que eram considerados inimigos da “Revolução” se exacerbou, com a amplificação do terrorismo de Estado que fez uso sistemático da tortura e do assassinato. Soma-se a isso a censura a todos os meios de comunicação, aos artistas, intelectuais e a todos os cidadãos. O Brasil vivenciaria um dos períodos mais sombrios da sua história.

### **A reorganização do MDB no Paraná após o AI-5**

Apesar da decretação do AI-5, do recesso do Congresso Nacional e de sete Assembleias estaduais e da série de cassações de parlamentares durante o ano de 1969, os dois partidos políticos não foram extintos, o que indicava que, mesmo com o fechamento do sistema político, a ditadura não pretendia privar totalmente os civis de desempenhar algum papel no quadro político e não dispensaria os mecanismos formais da política parlamentar. Assim, havia a esperança de que, em algum momento, o Congresso seria reaberto e ocorreria a normalização política (KINZO, 1988: 120).

Por outro lado, no primeiro semestre de 1969, com o Congresso fechado e a ditadura empreendendo o seu “processo de saneamento”, o MDB e a ARENA vivenciaram um período difícil. Em nível nacional, o MDB foi duramente atingido com as cassações de 50% dos seus deputados federais e de importantes lideranças. Desse modo, ambos os partidos procuraram sobreviver e se reorganizar diante daquele contexto político, sobretudo a partir da decretação do AC-54, em 20 de maio de 1969, que estabeleceu as novas datas para as eleições dos diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos. Em outras palavras, o governo havia determinado um prazo para os partidos se organizassem e desenvolvessem um trabalho de filiação partidária.

No Paraná, os dois partidos, que aguardavam uma posição do governo Costa e Silva, após o AC-54 passaram a dedicar-se na reorganização dos seus diretórios. Porém, antes de reorganizar os diretórios municipais, MDB e ARENA procuraram reorganizar provisoriamente as suas Executivas estaduais no início de junho. O MDB paranaense, que era presidido provisoriamente pelo seu vice-presidente, o deputado estadual Eurico Batista Rosas, encontrava-se bastante desestruturado, uma vez que a Comissão Executiva do partido havia perdido cinco membros, com as cassações do deputado federal Renato Celidônio (presidente) e dos deputados estaduais Sinval Martins de Araújo (secretário geral) e Lázaro Servo (vogal). Os outros dois membros perdidos, que ocupavam os postos de vice-presidentes, eram Valmor Santos Giavarina e Afonso Alves de Camargo Neto, que migraram para a ARENA em 1968.

Após uma reunião realizada no dia 3 de junho de 1969, a Comissão Executiva do MDB do Paraná foi reorganizada da seguinte forma: Eurico Batista Rosas ficaria na

presidência do partido até a convenção estadual; nas três vice-presidências assumiram o deputado estadual João Olivir Gabardo, Roberto Conceição e Ivaldo Thomazi, que até então ocupavam o posto de vogais na Executiva; na secretária geral assumiu o deputado estadual Sílvio Magalhães Barros, que anteriormente ocupava o posto de vogal; o jornalista Sylvio Sebastiani (então secretário geral do diretório municipal de Curitiba) assumiu o posto de secretário executivo; e como tesoureiro permaneceu o ex-deputado estadual Joaquim Néia de Oliveira (GAZETA DO POVO, 4 jun. 1969: 3).

Na semana seguinte, os sete vereadores emedebista de Curitiba lançaram um movimento para que o deputado estadual José Alencar Furtado fosse lançado como candidato à presidência do MDB paranaense na convenção estadual de setembro de 1969 (GAZETA DO POVO, 8 jun. 1969: 3). Nas semanas seguintes, o movimento ganhou apoio dentro do partido e Alencar Furtado se tornaria um nome de consenso no MDB do Paraná.

De acordo com o cronograma estabelecido pelo AC-54, o prazo para as filiações partidárias era 11 de julho de 1969. Porém, para o MDB a tarefa não era simples, uma vez que havia, naquela conjuntura, um clima amplamente desfavorável a filiações a um partido oposicionista. Apesar das dificuldades, o MDB conseguiu reorganizar os seus diretórios em 108 municípios paranaenses (GAZETA DO POVO, 16 jul. 1969: 3).

Ainda conforme o calendário estabelecido pelo AC-54, no dia 10 de agosto seria escolhido os diretórios municipais. A imprensa relata que nos 108 diretórios municipais do MDB paranaense foram organizadas chapas únicas nas convenções municipais, inclusive no diretório de Curitiba, onde foi organizada a Chapa Unidade (GAZETA DO POVO, 23 jul. 1969: 3). Durante as convenções municipais, os diretórios também definiriam quem seriam os delegados, isto é, os seus representantes na convenção estadual, que ocorreria no dia 14 de setembro, na qual seriam escolhidos os membros do diretório estadual emedebista.

Indo ao encontro ao clima de unidade que marcou o MDB paranaense nesse período, organizou-se apenas uma chapa para concorrer na convenção estadual de 14 de setembro, composta por 30 membros (o número máximo permitido pela legislação) (GAZETA DO POVO, 16 set. 1969: 3). Posteriormente, no dia 1º de outubro de 1969, ocorreu uma nova convenção do diretório estadual, na qual foi escolhida a nova Comissão Executiva do partido, que ficou assim estabelecida:

**Quadro 12:** Comissão Executiva do MDB do Paraná (eleita em 1º de outubro de 1969)

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Presidente               | José Alencar Furtado (deputado estadual)      |
| Primeiro Vice Presidente | Antônio Annibelli (deputado federal)          |
| Segundo Vice Presidente  | João Olivir Gabardo (deputado estadual)       |
| Primeiro Secretário      | Sílvio Magalhães Barros (deputado estadual)   |
| Segundo Secretário       | Adalberto Daros (vereador em Curitiba)        |
| Tesoureiro               | Adhail Sprenger Passos (vereador em Curitiba) |
| Procurador               | Nelson Buffara (deputado estadual)            |

Fonte: GAZETA DO POVO, 2 out. 1969: 3; DIÁRIO DO PARANÁ, 2 out. 1969: 3.

Portanto, observa-se uma significativa renovação na Executiva do MDB paranaense, com a manutenção de apenas dois membros da Executiva provisória (Sílvio Magalhães Barros como secretário e João Olivir Gabardo como vice-presidente) e a confirmação da ascensão de José Alencar Furtado à presidência estadual do partido.

Após a reorganização do diretório estadual, o AC-54 estabelecia que as convenções nacionais partidárias devessem ocorrer no dia 20 de novembro de 1969 em Brasília. Na Convenção Nacional do MDB, o senador Oscar Passos foi reeleito presidente nacional do partido, exercendo o cargo até 1971, quando o deputado federal Ulysses Guimarães assumiu a presidência nacional do partido. Durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o MDB vivenciou um período de muitas dificuldades e fracos resultados eleitorais. Porém, a situação se modificaria a partir das eleições parlamentares de 1974.

### Considerações Finais

O MDB encontrou muitas dificuldades para se estruturar no Paraná, uma vez que apenas um senador, 32% dos deputados federais paranaenses e apenas 11,1% dos deputados estaduais optaram em ingressar no partido opositor. A maioria dos parlamentares que optaram em se filiar ao MDB paranaense provinha do antigo PTB, porém também ingressaram alguns poucos dissidentes do PDC e do PSD.

Inicialmente presidido pelo deputado federal Miguel Buffara, o MDB paranaense não obteve um bom desempenho nas eleições parlamentares de 1966, perdendo três cadeiras para a ARENA na Câmara dos Deputados. Embora tenha conseguido aumentar a

sua bancada em três deputados na Assembleia Legislativa, o partido não tinha a mínima chance de reverter a hegemonia da ARENA no Paraná, que passou a deter 100% da senatoria paranaense, 80% dos deputados federais e 82% dos deputados estaduais.

Após as eleições de 1966, Miguel Buffara e outros importantes líderes do MDB não conseguiram a reeleição, o que catalisou uma renovação da Comissão Executiva estadual. Após uma acirrada disputada, o deputado federal Renato Celidônio foi eleito o novo presidente do MDB paranaense, derrotando o deputado federal Léo de Almeida Neves.

Posteriormente, Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves liderariam – juntamente com o deputado federal arenista Jorge Khury – a Frente Ampla no Paraná, que contou com o apoio do MDB paranaense, que foi o primeiro diretório emedebista do país a apoiar oficialmente e publicamente o movimento de oposição à ditadura. Em retribuição ao apoio recebido do MDB paranaense, um dos primeiros comícios públicos da Frente Ampla foi realizado em Maringá no dia 30 de março de 1968, cidade onde Renato Celidônio residia e concentrava a sua base política.

Após a decretação do AI-5, a série de cassações impostas pela ditadura militar atingiu a maioria dos parlamentares que haviam participado da Frente Ampla. Desse modo, Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves, as duas principais lideranças do MDB do Paraná, foram cassados. Após o período de cassações – que também atingiram os deputados estaduais emedebistas Jacintho Simões, Lázaro Servo e Sinval Martins de Araújo –, o MDB paranaense, comandado interinamente pelo deputado estadual Eurico Batista Rosas, passou por um período de reorganização. Dessa forma, ascendeu à presidência do partido o deputado estadual José Alencar Furtado, que posteriormente seria eleito deputado federal em 1970 e 1974 e se tornaria uma das principais lideranças nacionais do partido, integrando o grupo dos “autênticos do MDB<sup>37</sup>”.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, D. B. de; RABAT, M. N. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

---

<sup>37</sup> Fundado no início da década de 1970, o grupo dos “autênticos do MDB” caracterizou-se por ser uma ala mais à esquerda da bancada emedebista na Câmara dos Deputados, que discordava da orientação moderada imposta pela direção do partido e denunciava a existência de uma ala “adesista” do MDB ao governo Médici.

BATISTELLA, A. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: UFPR, 2016.

CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

D'ARAUJO, M. C. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, M. de P. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, L. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPARDES, 1989.

KINZO, M. D'A. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

MARTINS FILHO, J. R. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MOTTA, R. P. S. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NICOLAS, M. *130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)*. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1984.

NICOLAS, M. *O Paraná na Câmara dos Deputados*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1977.

NICOLAS, M. *O Paraná no Senado*. Curitiba: Imprensa Oficial, s.d.

REBELO, V. *Ney Braga: a política como arte*. Curitiba: Sesquicentenário, 2004.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.



**Jornais Pesquisados**

*Diário do Paraná*. Curitiba, 1965 a 1969.

*Gazeta do Povo*. Curitiba, 1965 a 1969.

*O Estado do Paraná*. Curitiba, 1965 a 1969.

**Recebido em:** 03 de janeiro de 2019

**Aceito em:** 06 de maio de 2019